



DE 3 A 7 ABRIL DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 495/XIII](#)

Alteração à Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

Autoria: PSD

[Apreciação Parlamentar 34/XIII](#)

Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que "Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017"

Autoria: CDS-PP

ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

[Acórdão \(extrato\) n.º 86/2017 - Diário da República n.º 70/2017, Série II de 2017-04-07](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma do artigo 7.º, n.º 3, da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Portaria n.º 128/2017 - Diário da República n.º 68/2017, Série I de 2017-04-05](#)

Finanças

Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP

DIREITO À HABITAÇÃO

[Declaração de Retificação n.º 9/2017 - Diário da República n.º 69/2017, Série I de 2017-04-06](#)

Assembleia da República

Declaração de Retificação à [Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017](#), de 20 de março - «Recomenda ao Governo que, em articulação com as regiões autónomas e os municípios, proceda ao levantamento das necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação, a nível nacional, avalie a execução do Programa Especial de Realojamento e crie um novo programa nacional de realojamento que garanta o efetivo acesso ao direito à habitação»

EXPROPRIAÇÕES

[Acórdão \(extrato\) n.º 84/2017 - Diário da República n.º 70/2017, Série II de 2017-04-07](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 25.º, n.º 2, 26.º, n.º 12, e 27.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, segundo a qual o valor da indemnização devida pela expropriação de terreno integrado na RAN e/ou na REN, com aptidão edificativa segundo os elementos objetivos definidos no n.º 2 do artigo 25.º, deve ser calculado de acordo com os critérios definidos no artigo 27.º, e não de acordo com o critério previsto no n.º 12 do artigo 26.º, todos do referido Código

 FINANCEIRO

[Presidente da República promulga diplomas da Assembleia da República:](#)

- Diploma que proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e altera o Código dos Valores Mobiliários e o Código das Sociedades Comerciais;
- Diploma que consagra a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital, procedendo à quadragésima segunda alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública - fevereiro de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Estabilidade financeira - 4º trimestre de 2016 | março de 2017](#)

Instruções

[Instrução n.º 5/2017](#) - Regulamenta o reporte de informação para fins de supervisão, em base individual, para algumas entidades.

[Instrução n.º 6/2017](#) - Revoga as instruções de reporte de informação e dedução a fundos próprios relativas a depósitos contratados com taxa de juro elevada.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – março de 2017](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 1/2017-R - Diário da República n.º 70/2017, Série II de 2017-04-07](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Norma Regulamentar n.º 1/2017-R, de 16 de março. Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no segundo trimestre de 2017

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 2/2017-R - Diário da República n.º 70/2017, Série II de 2017-04-07](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março - Norma regulamentar relativa à certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão

 **FISCAL**

[Decreto do Presidente da República n.º 31/2017 - Diário da República n.º 66/2017, Série I de 2017-04-03](#)

Presidência da República

Ratifica o Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para evitar a dupla tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento (assinada em 14 de janeiro de 1971), assinado em 25 de agosto de 2016

[Resolução da Assembleia da República n.º 58/2017 - Diário da República n.º 66/2017, Série I de 2017-04-03](#)

Assembleia da República

Aprova o Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para evitar a dupla tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento (assinada em 14 de janeiro de 1971), assinado em 25 de agosto de 2016

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2017 - Diário da República n.º 70/2017, Série I de 2017-04-07](#)

Supremo Tribunal Administrativo

A isenção prevista no artigo 44.º, n.º 1, alínea e) do Estatuto dos Benefícios Fiscais apenas respeita aos prédios que estão diretamente afetos aos fins estatutários da pessoa coletiva de utilidade pública, v.g., os necessários à instalação da sua sede, delegações e serviços indispensáveis aos fins estatutários, sendo o seu reconhecimento oficioso nos termos do disposto no artigo 44.º, n.º 4 do mesmo Estatuto dos Benefícios Fiscais. Mantém-se presentemente em vigor a isenção prevista no artigo 1.º, alínea d) da [Lei n.º 151/99](#), que abrange apenas os prédios urbanos que pertençam às pessoas coletivas de utilidade pública e que se encontrem destinados à realização dos fins estatutários, sendo que esta isenção carece de reconhecimento por parte do órgão competente, dependente de pedido expressamente formulado nesse sentido pela interessada

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[IRS automático 2016 - Folheto informativo sobre a declaração automática de rendimentos.](#)



FUNDO SOCIAL EUROPEU

[Portaria n.º 129/2017 - Diário da República n.º 68/2017, Série I de 2017-04-05](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Terceira alteração ao Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela [Portaria n.º 60-A/2015](#), de 2 de março



MAR

[Decreto-Lei n.º 40/2017 - Diário da República n.º 67/2017, Série I de 2017-04-04](#)

Mar

Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 37/2016](#), de 15 de dezembro

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2017

[Declaração de Retificação n.º 11/2017 - Diário da República n.º 70/2017, Série I de 2017-04-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o [Decreto-Lei n.º 25/2017](#), de 3 de março, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 45, de 3 de março de 2017

TMT

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Comissão lança consulta sobre revisão das linhas de orientação de PMS](#)

Revisão das linhas de orientação de poder de mercado significativo nos serviços de comunicações eletrónicas em consulta até 26.06.2017.
03.04.2017

[BEREC aprova revisão das linhas de orientação sobre roaming](#)

Novas linhas de orientação divulgadas a 30.03.2017.
06.04.2017

[Regulamento sobre prestação de informação de natureza estatística](#)

Aprovado Regulamento por decisão da ANACOM de 30.03.2017.
07.04.2017

TRABALHO E EMPREGO

[Portaria n.º 131/2017 - Diário da República n.º 70/2017, Série I de 2017-04-07](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que regula a criação da medida de Estágios Profissionais, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Penal

Retificação da Diretiva (UE) 2016/1919 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa ao [apoio judiciário para suspeitos e arguidos em processo penal e para as pessoas procuradas em processos de execução de mandados de detenção europeus](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Novas regras da UE em matéria de dispositivos médicos para reforçar a segurança dos pacientes e modernizar a saúde pública](#)

A Comissão congratula-se com a adoção da sua proposta de dois regulamentos relativos aos dispositivos médicos que estabelecem um quadro legislativo da UE modernizado e mais sólido para garantir uma melhor proteção da saúde pública e a segurança dos pacientes.

[Reservar as suas férias em linha: A Comissão e as autoridades de defesa do consumidor atuam contra os sítios Web de reserva de viagens fraudulentos](#)

Embora seja cada vez mais comum reservar hotéis e bilhetes de avião em linha, os consumidores deparam-se com um número crescente de problemas a nível dos serviços de viagens em linha. Estes serviços estão na origem da maior parte das queixas dos consumidores, de acordo com os Centros Europeus do Consumidor.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Governança Internacional dos Oceanos

[Governança internacional dos oceanos: uma agenda para o futuro dos nossos oceanos](#)

O Conselho adotou conclusões sobre a "Governança internacional dos oceanos: uma agenda para o futuro dos nossos oceanos".

Orçamento da UE

[Procuradoria Europeia: 16 Estados-Membros juntam forças para combater a fraude lesiva do orçamento da UE](#)

Cooperação reforçada será iniciada para instituir a Procuradoria Europeia.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PARLAMENTO EUROPEU

[Brexit: os cidadãos em primeiro lugar nas negociações, defendem eurodeputados](#)

A União Europeia e o Reino Unido iniciam brevemente as negociações para definir as condições da sua nova relação e qualquer acordo terá de receber a aprovação do Parlamento Europeu. Os eurodeputados definiram as condições do Parlamento Europeu para o acordo de retirada do Reino Unido da UE e a salvaguarda dos interesses dos cidadãos é um critério fundamental. Assista ao vídeo sobre os direitos da cidadania europeia

[PE aprova ajuda de 3,9 milhões de euros à Madeira na sequência dos incêndios](#)

O Parlamento Europeu aprovou a proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para prestar assistência a Portugal na sequência dos incêndios florestais na Madeira, em agosto do ano passado. O montante total da ajuda é de 3 925 000 euros. O eurodeputado José Manuel Fernandes foi o relator do PE sobre esta proposta.

[Saúde: PE aprova regras para reforçar controlo dos dispositivos médicos na UE](#)

Os dispositivos médicos, como implantes mamários, pacemakers e próteses da anca, vão ser submetidos a controlos mais exigentes em toda a UE para garantir a segurança dos pacientes. As regras aprovadas pelo Parlamento Europeu visam assegurar uma melhor rastreabilidade destes produtos e fortalecer a supervisão dos organismos de certificação. O PE aprovou também nova legislação sobre os dispositivos de diagnóstico *in vitro*, usados em testes de gravidez, ADN ou HIV.

[Brexit: PE define linhas vermelhas para as negociações](#)

O Parlamento Europeu aprovou, por 516 votos a favor, 133 contra e 50 abstenções, uma resolução que define as condições que devem estar preenchidas para poder aprovar o futuro acordo de saída do Reino Unido da União Europeia.

[Roaming: Parlamento Europeu aprova limites máximos para os mercados grossistas](#)

O Parlamento Europeu aprovou as regras que limitam o valor que os operadores de redes móveis podem cobrar uns aos outros quando alguém faz chamadas, envia mensagens de texto ou navega na Internet noutro país da UE. Esta reforma do mercado grossista de itinerância era o ato legislativo que faltava para que as taxas de roaming pagas pelos consumidores possam ser abolidas em 5 de junho deste ano

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 6 DE ABRIL DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- O estabelecimento de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração e de muito longa duração, através de uma dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social na parte relativa à entidade empregadora.

- Alterado o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, através da introdução de um travão na redução aplicada, desde 2012, sobre o valor do subsídio de desemprego após 180 dias.

- Proposta de lei que estabelece o regime da identidade de género, nomeadamente no que respeita à previsão do reconhecimento civil das pessoas intersexo, assim como o quadro legislativo relativo às pessoas transexuais e transgénero, suprimindo as discriminações subsistentes na lei, como forma de proteção e promoção dos direitos fundamentais destas pessoas.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011